

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



## Tráfico de pessoas

### Autor(es)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas  
Vitória Gonzaga Lisboa Maciel  
Alexandre Fonseca Monteiro De Castor  
Ivone Alves De Sousa Santos  
Marcos Paulo Andrade Bianchini

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

O tráfico de pessoas é considerado umas das formas mais graves de violação dos direitos humanos, atingindo globalmente milhares de vítimas, cujos direitos fundamentais e dignidade são enormemente violados. Trata-se de crime de alta complexidade, que envolve fatores econômicos, sociais, culturais e psicológicos e que, igualmente, demanda a atuação coordenada de diversas instituições do poder público, da sociedade civil, de organismos internacionais e até mesmo do setor privado. O tráfico de pessoas pode ser tanto interno quanto internacional.

No tráfico interno, o aliciamento, o transporte e a exploração da vítima acontecem dentro do mesmo país. No tráfico internacional, após o recrutamento, a vítima é deslocada para ser explorada em território de outro país.

### Objetivo

O objetivo deste resumo é mostrar que o tráfico humano movimenta cerca de 32 bilhões de dólares por ano, em que 79% das vítimas são destinadas à prostituição, em seguida ao comércio de órgãos e à exploração de trabalho escravo em latifúndios, na pecuária, oficinas de costura e na construção civil.

### Material e Métodos

Para desenvolver este resumo contamos com pesquisas em artigos, pesquisas, internet e noticiário. O trabalho desenvolveu-se utilizando ainda, pesquisa hemero técnica e estatística, a Lei tráfico de pessoas 13.344 quando a vítima é retirada de seu ambiente, de sua cidade e até de seu país e fica com a mobilidade reduzida, sem liberdade de sair da situação de exploração sexual ou laboral ou do confinamento para remoção de órgãos ou tecidos.

### Resultados e Discussão

O principal desafio para o combate do tráfico de pessoas, principalmente da exploração de trabalhadores escravizados, está relacionado à superação da pobreza e desigualdade social. A prevenção é sempre a melhor iniciativa. Portanto, ao verificar que existem indícios de tráfico humano, dê as seguintes orientações: Duvide sempre de propostas de emprego fácil e lucrativo, Sugira que a pessoa, antes de aceitar a proposta de emprego,

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



leia atentamente o contrato de trabalho, busque informações sobre a empresa contratante, procure auxílio da área jurídica especializada. A atenção é redobrada em caso de propostas que incluam deslocamentos, viagens nacionais e internacionais. Evite tirar cópias dos documentos pessoais e deixá-las em mãos de parentes ou amigos. Deixe endereço, telefone e/ou localização da cidade para onde está viajando. Oriente para que a pessoa que vai viajar nunca deixe de se comunicar com familiares e amigos.

## Conclusão

O enfrentamento ao tráfico de pessoas passa pela prevenção, que inclui tanto a informação como o acesso a direitos fundamentais, direito à educação, aos serviços de saúde, emprego e renda, como também a repressão e responsabilização dos criminosos, além da atenção e proteção às vítimas e não apenas o Governo Federal, mas Estados e Municípios, setor não governamental e privado devem somar esforços, propor estratégias e traçar iniciativas conjuntas.

## Referências

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Tráfico\\_de\\_pessoas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tráfico_de_pessoas) acesso em 19 setembro 2024

<https://www.cnmmp.br/portal/institucional/contetrap/trafico-de-pessoas#:~:text=Objetivo%3A,ilegal%20e%20remoção%20de%20órgãos.> Acesso em 19 setembro 2024

<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html> acesso em 19 setembro 2024

<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protectao/trafico-de-pessoas/o-que-e-trafico-de-pessoas> acesso em 19 setembro 2024

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13344.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13344.htm) acesso em 19 setembro 2024